

Portugal falha na monitorização do Tejo

Especialistas dizem que Portugal gere os seus rios pior do que Espanha. Faltam dados e transparência

Afinal, o cumprimento ou não da Convenção de Albufeira (que gere os rios ibéricos como o Tejo e o Guadiana) é mais um problema de Portugal do que de Espanha, apontam vários especialistas em recursos hídricos. Na sequência das descargas abruptas feitas em setembro pelos espanhóis em Cedillo — que deixaram os rios Ponsul e Sever secos — a Associação Portuguesa de Recursos Hídricos (APRH) convocou investigadores e técnicos para debater o tema, e no final quase todos concordaram que há falhas de monitorização por parte das autoridades portuguesas.

“Há falta de monitorização clara e transparente dos nossos

rios e continuamos a não ter, ou pelo menos não é conhecida, uma política de gestão da água dos nossos rios”, frisa Susana Neto, presidente da APRH. A professora do IST Manuela Portela diz não ter encontrado na base de dados da Agência Portuguesa do Ambiente (APA) “uma única das 29 estações hidrométricas da bacia do Tejo com informação”. E questiona: “Como se vai ver se a Convenção de Albufeira foi ou não cumprida?” Já o investigador do LNEC Rui Rodrigues indica que “64% das pastas do sistema nacional de informação de recursos hídricos (SNIRH) não têm dados”. Contudo, considera que “não passa pela cabeça de Espanha desleixar a Convenção, enquanto do lado português é o contrário”.

A APA não enviou ninguém ao debate, mas questionado pelo Expresso, o seu presiden-

te argumenta que “a alegação é desprovida de fundamento”. Nuno Lacasta diz que estão a atualizar o SNIRH, que investiram “mais de três milhões de euros” nas estações da rede, que “a equipa de hidrometria realiza mensalmente medições de caudal nas secções de controlo” e que “recebe diariamente dados da Confederação Hidrográfica do Tejo de Espanha, que permitem a análise das afluências a Portugal em tempo-real”.

O Governo anunciou que quer passar a ter regulação de caudais diários vindos de Espanha e não apenas semanais. Contudo, os especialistas lembram que do lado de cá da fronteira não existem caudais ecológicos diários obrigatórios e alertam para a dificuldade das negociações, já que terão de existir “*trade offs* com o Guadiana”.

